



MASTER PLAN

RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA
PRISIONAL

PROGRAMA PARA
DESENVOLVIMENTO
DA INDÚSTRIA

Sumário

1. INTRODUÇÃO	3
2. JUSTIFICATIVA	3
3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS.....	7
4. ESPECIFICAÇÃO	7
4.1. Requisitos.....	7
4.2. Premissas.....	8
4.3. Restrições.....	8
5. MAPEAMENTO DE ATORES	8
6. LEVANTAMENTO DE RISCO DO PROJETO.....	9
7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO.....	10
8. MONITORAMENTO	11
9. ARTEFATOS DO PROJETO	11
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	12

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Prisional do estado do Ceará se apresenta em crise nos últimos anos, devido aos altos índices de criminalidade e ao avanço da dominação territorial por parte das facções. Frente aos índices de criminalidade, a polícia tem apresentado uma atuação cada vez mais responsiva no que tange à captura dos autores de atos criminais, contribuindo para altas taxas de prisões e, por consequência, uma superlotação do sistema prisional. Destaca-se que, o Ceará apresentava um excedente carcerário expressivo no final do primeiro trimestre de 2018, contexto prejudicial à ressocialização de egressos.

Frente a isso, ressalta-se a necessidade de compreender de forma efetiva a dinâmica dentro das Unidades Prisionais e características determinantes para apreender o perfil dos internos do sistema prisional, bem como as influências prejudiciais à ressocialização do preso e do egresso. Nessa direção, sabe-se da influência das facções dentro das unidades prisionais como um fator prejudicial ao processo de ressocialização, como se destaca pela elaboração do Mapa das Facções em Unidades Prisionais e Cadeias Públicas pela Secretaria de Justiça e Cidadania. No entanto, estratégias teórico-práticas vêm sendo debatidas e aplicadas em âmbito nacional e internacional, as quais se apresentam como de fundamental importância para o direcionamento de estratégias eficientes e positivas para o Sistema Prisional e para o adequado planejamento de políticas de ressocialização dos egressos no estado do Ceará.

Visto isso, torna-se de imensa relevância a realização de capacitações que possam promover uma adequada ressocialização no Sistema Prisional. Para tanto, objetivou-se contribuir para a elaboração de um projeto que permita a identificação detalhada das características dos presos, para a formulação de perfis que contribuam para fomentar uma ressocialização adequadamente planejada, bem como fomentar a inclusão social de presos, e, conseqüentemente, desarticular o faccionamento no Sistema Prisional.

2. JUSTIFICATIVA

De acordo com dados divulgados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN, em 2016, o Brasil apresentava um contingente carcerário composto por 726.712 presos para apenas 368.049 vagas, operando, assim, com 197,4% da sua capacidade e sendo, lamentavelmente, a terceira maior população carcerária do mundo. Especificamente no Ceará, operava-se com um déficit ainda maior, utilizando 309,2% da capacidade do sistema prisional, nos quais 34.566 pessoas estavam alocadas em 11.179 vagas. Destaca-se ainda que, 65,8% da população carcerária, ou

seja, 22.741 presos permaneciam sem condenação, sendo, assim, presos provisórios (INFOPEN, 2017). Em 2017, a partir de dados fornecidos Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS, o Ceará apresentava um total de 24.502 pessoas em privação de liberdade, dos quais 66% representavam presos provisórios. Em junho de 2017, mediante o Programa Defensoria sem Fronteiras, aproximadamente 11 mil presos tiveram seus processos analisados por 90 defensores públicos de 24 unidades federativas do Brasil.

Os dados do INFOPEN, referente ao ano de 2016, apresentam um robusto nível qualitativo apresentando um detalhamento e aprofundamento de grande importância para o Sistema Prisional e para o desenvolvimento de estratégias na temática. Nessa direção, compreende-se que o aprofundamento do questionário do Censo Penitenciário do Ceará necessitou de uma base teórica que contemplasse ampla literatura vinculada a estudos da criminologia. Construíram-se, então, três eixos analíticos para traçar o perfil do interno do sistema prisional: a história de vida do indivíduo, como antecedentes ao engajamento com o crime; a rotina e aspectos mais marcantes do dia-a-dia do preso, sua vivência no sistema penitenciário; e a inserção em atividades laborais e educacionais. Tais eixos foram organizados com o intuito de averiguar possibilidades de reinserção social. Em suma, foram investigados aspectos vinculados à história de vida, aos dados do processo penal, a possíveis doenças, tanto fisiológicas quanto psicológicas, conflitos dentro do presídio, relações familiares, atividade laboral e indícios de reincidência.

A intenção de abordar aspectos mais individualizados dos presos no Censo se deu com base na necessidade de compreender melhor quais aspectos estariam mais associados com o cometimento do crime ao longo da vida do indivíduo em questão. A literatura aponta que, com o passar dos anos, diferentes fatores de risco surgem, organizando-se de forma diferente dependendo do estágio da vida, seja a infância, a adolescência, ou a fase adulta. Nessa direção, os produtos de diversos estudos clássicos (BECKER, 1968; BRONFENBRENNER, 1979; LOEBER; FARRINGTON, 1997) permitiram organizar uma sistematização coerente, na qual se pode compreender que, nas fases iniciais da vida, a principal influência é do extrato biológico em associação com o controle parental, enquanto na juventude outras variáveis passam a apresentar grande influência, como a associação com pares, o ambiente escolar, bem como a possível transição da escola para o mercado de trabalho ou ainda a total ausência de inserção laboral por vias legais.

Pesquisas internacionais apontam que o sistema penitenciário mundial demonstra uma crise humanitária, apresentando, majoritariamente uma alta taxa de encarceramento com um alto custo econômico de manutenção mesmo em condições precárias. Essa realidade não se mostra como uma efetiva ação de ressocialização que permita ao egresso se reinserir na sociedade e, por consequência,

no mercado de trabalho, desenvolvendo, assim, um alto risco de reincidência (MORALES, 2018; PANTOJA, 2018; ABIZANDA, 2018). Frente a isso, surge a proposta de um uso mais racional e ressocializatório do cárcere, o qual perpassa pela aplicação do modelo criminológico *Risk-Need-Responsivity* (RNR), amplamente pesquisado e aplicado em países da América do Norte e da Europa.

O RNR compreende o comportamento criminal como algo mais amplo do enfoque tradicionalmente visto no Sistema Penitenciário, propondo uma gestão no sistema prisional que consiga apreender aspectos mais particulares dos indivíduos para que, dessa forma, o processo ressocializatório possa ser planejado de maneira eficiente (ANDREWS; BONTA, 2010). Esse modelo tem sua base inicialmente em três princípios: o Risco, vinculado à intensidade da intervenção dependendo do risco de reincidência; a Necessidade, referente aos fatores contribuintes para o engajamento com o comportamento criminal, como fatores dinâmicos que devem ser levados em consideração no direcionamento da intervenção; e a Responsividade, indicando uma forma de elaboração da intervenção de forma individualizada (ANDREWS; BONTA, 2010). Atualmente, esse modelo passou por diversas atualizações e reformulações, dividindo-se, por fim, em agrupamentos de variáveis com caráter preditivo do comportamento criminal, denomina-se o agrupamento prioritário de *The Central Eight*, o qual se divide em:

- *The big four*: vinculado a aspectos antissociais, contemplando comportamentos antecedentes, história de vida, personalidade e cognição.
- *The moderate four*: associa-se com um aspecto mais emocional e contextual, como laços afetivos, inserção educacional e laboral, dentre outros.

Adicionalmente, aspectos para além da investigação centrada no sujeito, o contexto social no qual está inserido deve ser analisado de forma muito delicada, visto que o Ceará apresenta um momento político e social conturbado devido ao processo de dominação territorial do crime organizado pelas facções criminosas e à divisão, nos últimos anos, dos presos internos do Sistema Prisional por facção afiliada e não por tipificação penal. No segundo semestre de 2018, a SEJUS divulgou o então denominado Mapa das Facções. A partir desse mapa, observa-se as Unidades Prisionais e Cadeias Públicas estão divididas por predominância de facções, a saber: o Comando Vermelho (CV) é o responsável pela ocupação de quatro unidades penitenciárias, assim como os Guardiões do Estado (GDE), enquanto o Primeiro Comando da Capital (PCC) se mantém apenas na Casa de Privação Provisória de Liberdade III (CPPL III). Uma facção menos conhecida, a Família do Norte (FDN), foi alocada na Penitenciária Industrial Regional de Sobral, a qual é dividida com o CV. Por fim, os detentos que não se declararam pertencentes à nenhuma facção específica estão internos

em um Centro de Execução Penal a parte com fins de proteção. Essa divisão, além de se apresentar como extremamente instável para o sistema prisional e um risco constante aos agentes penitenciários, representa um obstáculo tanto aos projetos de ressocialização já implementados quanto aos modelos de ressocialização vistos como tendências nacionais e internacionais que poderiam vir a ser implementados.

Em 2019, com a modificação de gestões e a criação da Secretaria de Administração Penitenciária, ocorreu uma reorganização carcerária com base na tipificação penal e o planejamento de processos ressocializatórios com maiores probabilidades de sucesso. Dessa forma, vislumbra-se possíveis insumos quantitativos e qualitativos que permitam uma transição para um novo modelo de gestão penitenciária no Ceará de forma mais eficiente.

Destacando-se, no entanto, a lacuna de informações, tanto quantitativas quanto qualitativas, atualizadas e aprofundadas, torna-se imprescindível uma contribuição coletiva em prol de uma gestão penitenciária no estado do Ceará que promova insumos para sua atuação com informações estratégicas. Assim, na tentativa de alcançar tais insumos estratégicos, objetivou-se articular a realização de capacitações técnicas e socioemocionais alinhadas à realidade da execução penal pautada em princípios norteadores que permitam fomentar o planejamento de processos ressocializatórios, bem como uma mais segura e eficiente desarticulação das facções, tanto dentro quanto fora do Sistema Prisional.

Este projeto, proposto por um grupo de especialistas na temática durante o Painel de Especialistas do projeto Masterplan da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, prevê a realização de capacitações supracitadas de cunho ressocializatórios e dos requisitos prévios a sua realização, bem como seus desdobramentos, o que está ligado direta e indiretamente às ações propostas no seu *roadmap*, de acordo com o quadro abaixo:

Ações diretamente contempladas	Ações indiretamente contempladas
1 – Elaboração de diagnóstico do sistema prisional para planejamento estratégico e estabelecimento de metas de trabalho;	1 – Criação de indicadores de acompanhamento individual para as pessoas em cumprimento da pena;
2 – Avaliação e readequação das políticas de reintegração social para aprimoramento das atividades relacionadas à inclusão social do apenado;	2 – Elaboração de plano de gestão prisional contendo diretrizes para saúde, educação, gestão, inclusão do apenado e do egresso, trabalho, arquitetura prisional, qualificação profissional, participação social e alternativas penais;
3 – Mapeamento aprofundado das organizações criminosas que operam dentro do sistema penitenciário;	3 – Atualização constante do diagnóstico da infraestrutura das unidades prisionais e das cadeias públicas;

4 – Fortalecimento do projeto de acolhimento e acompanhamento de egressos do sistema prisional.	4 – Elaboração e implementação de projeto de inclusão de egressos do sistema penal ao mercado de trabalho.
---	--

Vale ressaltar ainda que este projeto pretende contribuir para o alcance da visão de futuro construída pelos especialistas no painel da Rota Estratégica de Segurança Pública, a saber “Ceará seguro, reconhecido pela promoção da cultura de paz, garantia de direitos e inovação nas ações integradas de prevenção e controle da violência”.

3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral deste projeto é: articular a viabilização de um projeto de Ressocialização no Sistema Prisional.

Como objetivos específicos:

- Garantir espaço de discussão sobre o que se pretende alcançar na gestão do Sistema Prisional;
- Identificar os diversos perfis de internos;
- Organizar insumos para fomentar um processo de ressocialização direcionado;
- Contribuir para compreender melhor a influência das facções no Sistema Prisional;
- Incentivar a interação entre Academia, Indústria, Comércio e Governo;
- Levantamento de demandas para capacitações de internos;
- Levantamento de entraves, gargalos e dados sobre as Unidades Prisionais;
- Realização de capacitações técnicas e socioemocionais no Sistema Prisional.

4. ESPECIFICAÇÃO

4.1. Requisitos

- Sensibilização por parte dos empresários;
- Seleção de profissionais especializados para realização das capacitações sociomocionais (número de colaboradores);

- Parcerias com instituições que promovam capacitações técnicas;
- Levantamento de entraves, gargalos e dados sobre as Unidades Prisionais;
- Firmar parcerias para viabilizar a entrada com segurança nas Unidades Prisionais;
- Aquisição de equipamentos, quando necessário, para que a equipe realize a aplicação dos questionários;
- Autorização das Unidades Prisionais para realização do projeto.

4.2. Premissas

- Deve ser um projeto de abrangência estadual;
- Possuir previsibilidade de recursos financeiros;
- Participação do Estado e adesão ao projeto;
- Contingente adequado de instrutores.

4.3. Restrições

- Financiamento das capacitações;
- Não engajamento dos atores envolvidos;
- Bancos de dados desatualizados;
- Risco à integridade física dos colaboradores;
- Capital intelectual não alinhado com os pressupostos do *Risk-Need-Responsivity*.

5. MAPEAMENTO DE ATORES

Os atores (instituições) mais indicados a participarem da do planejamento e da realização do diagnóstico, são apresentados no quadro a seguir:

Atores
Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC
Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso - CISPE
Secretaria de Administração Penitenciária - SAP
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI
Universidade Federal do Ceará – UFC
Laboratório Cearense de Psicometria – LACEP
Secretaria do Desenvolvimento Econômico – SDE
Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP
Sindicatos de indústrias interessadas em aderir ao projeto
Polícia Militar do Ceará – PMCE
Secretaria de Proteção Social – SPS
Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS
Defensoria Pública Geral do Estado - DPGE
Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPC
Núcleo de Ação pela Paz – NAPAZ
Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará - Fecomércio

6. LEVANTAMENTO DE RISCO DO PROJETO

Os riscos mensuráveis no projeto, são apresentados no quadro a seguir com suas possíveis causas e prováveis efeitos:

Risco	Causas possíveis	Efeitos prováveis
1. Não captar recurso para o recenseamento.	Falta de interesse por parte dos empresários e/ ou do governo.	Não realização do recenseamento.
	Crise econômica e políticas no país.	

2. Não autorização do recenseamento por parte do governo em todas as Unidades Prisionais.	Falta de viabilidade da entrada dos recenseadores nas Unidades Prisionais.	Coleta parcial ou indireta de informações, contribuindo para dados não representativos, desatualizados e superficiais.
	Crise no sistema penitenciário se agravar e se tornar inseguro.	Não alcançar o diagnóstico pretendido.
3. Não contemplar todas as Unidades Prisionais.	Devido ao alto nível de facionamento.	Inviabilização do diagnóstico fechado, prejudicando a coleta de informações.
4. Não colaboração do interno na pesquisa.	Receio de que as informações sejam utilizadas contra ele ou prejudique seu cumprimento de pena.	Prejuízo à coleta de dados.

7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO

As atividades de comunicação do projeto, bem como o escopo, participantes e periodicidade são expostos a seguir:

Atividade	Escopo	Participantes	Periodicidade
Comunicação interna	A ferramenta utilizada para acompanhar as informações detalhadas das atividades dos projetos será o quadro digital (Trello). O acompanhamento das informações macro serão através de um quadro físico anexado no Núcleo de Economia e Estratégia (NEE) da FIEC	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente
Comunicação externa	Contato com os Stakeholders do projeto será via e-mail e, posteriormente, telefone. Todos os contatos serão registrados em ferramenta interna de gestão de contatos	Todos os envolvidos	Permanente

Solicitações para o projeto	Quaisquer solicitações formais devem ser feitas somente via e-mail. Portanto, solicitações por chats, ligações ou mensagens serão desconsideradas	Todos os envolvidos	Permanente
Reunião com o coordenador do projeto	Local: FIEC A priorização das atividades será feita por opinião dos especialistas (coordenador do projeto)	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Semanalmente ou, no máximo, quinzenalmente
Metodologia de condução do projeto	O projeto seguirá a metodologia ágil de gestão de projetos chamada Scrum e adaptada às necessidades deste projeto	Todos os envolvidos	Permanente
Sprints	As sprints do projeto serão entregues através de reuniões presenciais Serão realizadas reuniões semanais para atualizar o grupo sobre o andamento das atividades	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	21 dias
Stakeholders	Será elaborado um documento com a identificação de Stakeholders O pesquisador e o coordenador do projeto farão uma identificação da relevância dos Stakeholders em alto e médio/baixo impacto para definir o acompanhamento das informações do projeto	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente e revisado semanalmente

8. MONITORAMENTO

Os indicadores de monitoramento do projeto, bem como sua fórmula para cálculo e frequência de mensuração serão sistematizados a partir da elaboração do Plano de Trabalho.

9. ARTEFATOS DO PROJETO

- Plano de Comunicação

- Plano de Risco
- Plano de Gerenciamento de Escopo do Projeto

10.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIZANDA, B. Evidências e estratégias para prevenção do Crime & Violência no Ceará. Maio 2018. 19 slides.

ANDREWS, D.A.; BONTA, J. The psychology of criminal conduct. Routledge, 2010.

BECKER, G S. Crime and punishment: An economic approach. In: The economic dimensions of crime. Palgrave Macmillan, London, 1968. p. 13-68.

BRONFENBRENNER, U. The ecology of human development. Harvard university press, 1979.

G1 – CEARÁ. Onze mil internos terão análise processual. Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/onze-mil-internos-terao-analise-processual-em-mutirao-de-defensores-no-ceara.ghtml>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

INFOPEN. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias. Brasília, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2019.

LOEBER, Rolf; FARRINGTON, David P. Strategies and yields of longitudinal studies on antisocial behavior. 1997.

PANTOJA, R. Métodos de intervenção para prevenir o risco de reincidência no crime. Maio 2018. 18 slides.

PELLARD, A. M. M. Alternativas ao encarceramento. Maio 2018. 12 slides.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA, governo (SEJUS–CE). Censo Penitenciário do estado do Ceará 2013. 2014.

_____. Mapa das facções. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/mapa-das-faccoes-feito-pela-sejus-e-revelado-1.2015488>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



APOIO

